

DISCLOSURE NAS ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIPs) DA CIDADE DE PORTO VELHO: UM ESTUDO SOBRE O DIRECIONAMENTO DA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Frederico Ribeiro de Paula Menezes¹

Paulo Henrique Xavier Costa¹

Rodrigo Augusto Salles Braga¹

Pedro Luiz de Oliveira Neto²

RESUMO

Com a criação da lei 9.790/99 uma nova titularidade surgiu no âmbito das organizações do terceiro setor, a de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a partir disto diversas exigências foram impostas pelo Estado para estabelecer Termos de Parceria com estas organizações. Essa pesquisa objetivou identificar o direcionamento da elaboração das demonstrações contábeis das OSCIPs do município de Porto Velho. Uma pesquisa de levantamento, com abordagem do problema de natureza quanti-qualitativa, instrumento de coleta de dados sendo um questionário estruturado no Survey Monkey, que fora encaminhado a 22 OSCIPs e do qual se obteve 5 respondentes. Os resultados obtidos constataram que 80% das OSCIPs afirmam produzir informações para a população em geral, 60% produz informações em função de Convênios, Órgãos de Controle e Órgãos Governamentais. Os relatórios mais utilizados para a prestação de contas aos doadores foram o Balanço Patrimonial com 60%, seguido pelo Relatório da Administração 40% das entidades e o Balanço Social 40%. Constatou-se, ainda, que existe uma quantidade significativa de OSCIPs que não utilizam a contabilidade enquanto instrumento de evidenciação, gerenciamento e prestação de contas para os stakeholders.

Palavras – Chave:

OSCIP. Evidenciação. Prestação de Contas. Terceiro Setor.

Abstract

With the creation of the law 9,790 / 99, a new ownership arose in the scope of the organizations of the third sector, the Organization of Civil Society of Public Interest (OSCIP),

¹ Acadêmico de Graduação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Rondônia.

² Professor da Universidade Federal de Rondônia, graduado em Ciências Contábeis e especialista em Gestão Pública.

from there, several requirements were imposed by the State to establish partnerships with these entities, such as the mandatory disclosure of economic and financial information to interested users. This research aimed to identify the direction of the preparation of the financial statements of the OSCIPs of Porto Velho. The survey can be classified as survey. The questionnaire was structured in Survey Monkey, which was sent to 22 OSCIPs, from which 5 questionnaires were obtained. The results obtained regarding the guidance of the accounting information of the Organizations found that 80% of the OSCIPs claim to produce information for the general population, 60% produce information on the basis of Agreements and Control Bodies for Government Organizations, noting that in this matter they could be marked More than one option cumulatively. The most used reports for accountability to donors were the balance sheet with (60%), followed by the management report, which was indicated by 40% of the entities and the social report (40%). It was contacted in the entities surveyed that there is still a significant amount that does not make effective use of accounting as an essential tool for disclosure, management and accountability for OSCIP users.

Key – Words:

OSCIP. Disclosure. Accountability. Third sector.

INTRODUÇÃO

As entidades do terceiro setor são organizações não governamentais, que não visam lucro, mas objetivos sociais, filantrópicos, culturais recreativos, religiosos, artísticos. O terceiro setor se encontra em uma esfera, que de forma geral movimentam a economia. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), existem cerca de 338 mil Organizações do Terceiro Setor (OTS) no Brasil, as quais empregam 1,7 milhão de trabalhadores remunerados, representando 1,5 % do produto interno bruto- PIB nacional, segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). As organizações do terceiro setor são basicamente formadas por Organizações Não Governamentais (ONGs), entidades filantrópicas, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), organizações sem fins lucrativos e outras formas de associações civis sem fins lucrativos (CARNEIRO *et al*, 2011; FILHO, 2010).

A partir da instalação da entidade, sua existência se dará em função da missão social que justifica seu funcionamento por meio da captação de recursos públicos e privados, para a respectiva manutenção e realização de atividades relacionadas à sua função social. As organizações poderão requerer títulos e

qualificações junto ao Poder Público em decorrência da obediência a parâmetros pré-estabelecidos que a graduarão, tendo benefícios como imunidade e/ou isenções fiscais prevista pela legislação vigente. Com uma maior evidenciação as entidades do terceiro setor poderão alcançar maior legitimidade perante a sociedade, podendo alcançar novos investidores e uma redução da assimetria de informação entre as OTS e os stakeholders, tudo isso se dá por meio de maior publicidade de determinadas informações. (FILHO, 2010).

Faz-se necessário então que as organizações do terceiro setor sejam transparentes em seus processos e prestem contas de suas atividades e projetos desenvolvidos, ao passo que as doações recebidas pelas entidades podem ser influenciadas de acordo com o nível de divulgação destas. Complementando essa questão, vale ressaltar ao fato de que as organizações do terceiro setor assumem o papel de honrar suas palavras diante a sociedade na qual foi fruto de sua arrecadação. Por estes motivos, é fundamentalmente importante que as OTS prestem contas de suas atividades e projetos a partir de sua missão e objetivos. Ademais, essa prática contribui para que sua legitimidade e importância sejam fundamentadas na sociedade (ZITTEI *et al*, 2016).

Segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010, atualmente no município de Porto Velho existe um quadro efetivo de 823 Entidades Sem fins Lucrativos (ESL) sendo que 22 foram contempladas com a titulação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), de acordo com pesquisa realizada no site eletrônico do Ministério da Justiça e Cidadania do Governo Federal (MJC).

Em virtude do crescimento da quantidade de OTS em âmbito nacional e a instituição da lei nº 9.790 de 23 de março de 1999, a qual confere às entidades a titulação de OSCIP benefícios e obrigações, percebeu-se que uma das principais características de uma OTS com tal titulação seria o disclosure obrigatório e voluntário de suas atividades, como de suas demonstrações contábeis, o qual aliado a *accountability* acarretaria em uma maior legitimidade da entidade e uma menor assimetria de informação entre os interessados nos atos e fatos da organização.

O estudo é voltado em averiguar para quais stakeholders as OSCIPs elaboram suas evidenciações contábeis e quais demonstrativos são divulgados para prestação de contas com a sociedade e interessados nas atividades desenvolvidas pela entidade.

A escolha foi feita por acessibilidade, levando-se em consideração itens inerentes e imprescindíveis ao escopo do trabalho, por exemplo: Pesquisar e estudar as OTS que atendam a critérios referentes à titulação de OSCIP, que possuam sítios eletrônicos e, também, disponibilidade e o aceite dos termos referentes a realização da pesquisa e aplicação do questionário pelos colaboradores da Organização.

Outra razão que motiva o trabalho é a atuação relevante das OSCIPS no município de Porto Velho que de modo complementar vêm atuando em atividades de fim público, com recursos da iniciativa privada captados por meio de doações de pessoas físicas ou jurídicas e até mesmo com dinheiro público, advindo de repasses do governo para financiamento de ações de cunho social.

Com esta pesquisa pretende-se auferir para quais stakeholders são direcionadas as elaborações dos demonstrativos contábeis da Organização do Terceiro Setor (OTS), com titulação de OSCIP, e se elas divulgam tais informações em seus sítios eletrônicos, além de auxiliar pesquisas futuras com relação ao tema do terceiro setor e disclosure.

Como problema de pesquisa fora utilizada a seguinte indagação: Para quais stakeholders as OSCIPs direcionam e elaboram seus Demonstrativos Contábeis e há evidenciação dos mesmos por meio de seus sítios eletrônicos?

A pesquisa se ateve a duas hipóteses no estudo, sendo: O disclosure se além ao obrigatório sendo este elaborado visando “apenas os interessados que constam em dispositivos legais” e O disclosure perpassa ao obrigatório e é elaborado visando “dispositivos legais e a comunidade em geral”.

O objetivo geral do estudo é verificar para quais stakeholders as OSCIPs direcionam e elaboram os Demonstrativos Contábeis e se há evidenciação dos mesmos em seus sítios eletrônicos.

Como objetivos específicos a pesquisa se ateve a verificar se as OSCIPs disponibilizam suas prestações de contas em seus sítios eletrônicos, a quem e de que maneira destinam seus Demonstrativos Contábeis, e verificar se há transparência da Organização, referente às suas atividades, por meio dos seus sítios eletrônicos.

2. REFERENCIAL TEORICO

2.1 TERCEIRO SETOR

O Primeiro Setor é o Estado, encarregado pelos assuntos sociais, podemos dizer que o primeiro setor é o setor público. O Segundo Setor é o Comércio constituído por empresas que exercem atividades privadas e atuam em benefício próprio. Consequente de variados problemas sociais do Estado e da incapacidade em resolver soluções para essas questões, surge então o Terceiro Setor, constituído de organizações sem fins lucrativos, atuando onde o setor público e privado não consigam suprir as falhas onde o poder público não consegue agir.

Algumas características do Terceiro setor são: de exercerem atividades não lucrativas, sendo assim, mesmo que exista superávit esse resultado não é dividido entre os sócios como é feito como o lucro, e sim reinvestido para garantir sua continuidade; são criadas das intenções e ações realizadas por um grupo, e buscam benefícios e direitos sociais; o voluntariado, onde o funcionário tem participação direta nas atividades, podendo realizar várias funções. (SOARES, *et al*, 2005)

As ESFL podem requerer alguns títulos, registros, certificados e qualificações, com diferenciados benefícios, podendo ter captação facilidade para captar recursos e até certos benefícios fiscais, mas para a solicitação desses benefícios a entidade deverá cumprir certas obrigações e observar os requisitos necessários à sua obtenção. Alguns dos principais títulos, registros e certificados: Qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip); Qualificação como Organização Social (OS); Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas); Título de Utilidade Pública Federal (UPF); Registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); (VOESE *et al*, 2011).

2.2 DISCLOSURE

Um dos principais objetivos da contabilidade é o fornecimento de informações relevantes, de forma adequada, justa e plena, e em uma linguagem simples para os usuários, que possa satisfazer a necessidade de cada grupo, de forma que com essas informações os usuários possam tomar decisões de forma adequada.

O disclosure é um termo referente à informação, mas também uma importante forma de comunicação entre o gestor e o acionista, onde o gestor apresenta ao acionista o seu desempenho. O disclosure poderá ser compulsório

(obrigatório) ou voluntário, obedecendo a requisitos elencados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. O Disclosure voluntário é um dispositivo no qual os investidores analisam as estratégias e os fatores críticos de sucesso da empresa, seja no ambiente onde ela se encontra como também aspectos econômicos (SANTOS *et al*, 2013)

Ressalte-se que o disclosure não deve ser confundido com a informação, pois o seu sentido é mais amplo, podendo ser definido como a divulgação de informações contábeis quantitativas (representado por meio de números) e/ou qualitativas (representada por meio de sentenças). Pode-se dizer que o disclosure é um detalhado de todas as informações que avaliem a situação patrimonial e das mutações desse patrimônio.

De acordo com a SFAC N° 1 – Objectives of Financial Reporting by Business Enterprises, o disclosure deve incluir interpretações e explicações com a finalidade de o usuário compreender a informações divulgadas. O disclosure também pode ser entendido com o conceito de transparência corporativa, definida por Bushman, Piotroski e Smith (2004), que de certa forma significa que as empresas com melhores disclosures são mais transparentes. (MURCIA, 2009)

2.3 ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIP)

Com o crescimento do terceiro setor, o Estado concede benefícios quando a entidade atende alguns requisitos legais, como a imunidade e a isenção de tributos e ainda a probabilidade de obter recursos público, por meio de contratos, convênios, auxílios, doações, subvenções sociais e termos de parceria. Como de exemplo temos a organização da sociedade civil de interesse público (Oscip).

O título de Oscip encontra regulação na Lei n.º 9.790/99, considerado como o novo marco legal do terceiro setor. O título pode habilitar tanto por fundações como as associações, que é conferido pelo Ministério da Justiça. Dois requisitos são necessários para que a entidade possa requerer a titulação, primeiro, atenda ao princípio de universalização dos serviços (no respectivo âmbito de suas atuações), segundo, que apresente pelo menos um dos objetivos encontrados no Art. 3º da Lei n.º 9.790/99:

1. Promoção da assistência social;
2. Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

3. Promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
4. Promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
5. Promoção da segurança alimentar e nutricional;
6. Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
7. Promoção do voluntariado;
8. Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
9. Experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
10. Promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
11. Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
12. Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

As principais vantagens dessa denominação são: a possibilidade de parcerias com o Poder Público para arrecadar recursos; e a possibilidade de o doador deduzir da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro e do lucro real, até o limite de 2% sobre o lucro operacional. (CARNEIRO *et al*, 2011; MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA O TERCEIRO SETOR, 2015).

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa caracteriza-se como um levantamento, de caráter descritivo e em relação a abordagem do problema é quanti-qualitativa. Na coleta de dados utilizou-se o questionário semi-estruturado, utilizando software online, Survey Monkey, com finalidade de facilitar o envio e o recebimento do mesmo e, também, a capacidade que o programa tem para quantificar e auxiliar na análise de dados.

O questionário foi elaborado como base nos estudos de Irani (2009) e Cleston (2010) identificando quais os demonstrativos contábeis são divulgados pelas organizações em seu sítio eletrônico, para quem são divulgados e de que maneira

são divulgados. Verificou ainda a exigência da divulgação dos demonstrativos por partes dos colaboradores, pela própria entidade e como a mesma avalia essa divulgação.

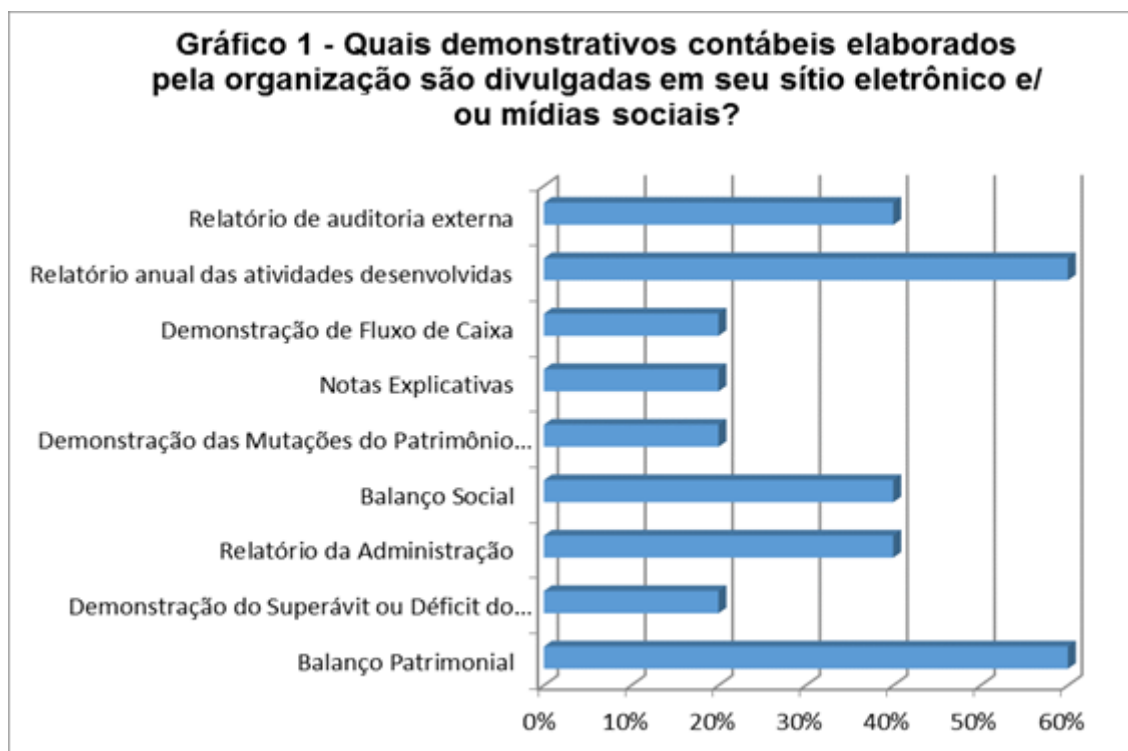
O universo da pesquisa compõe-se por todas as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) situadas no município de Porto Velho, qualificadas pelo Ministério da Justiça, que apontou a existência de 22 OSCIPs em Porto Velho das quais apenas 5 responderam ao questionário, o que configura uma amostra não probabilística e sim por acessibilidade, sendo que o questionário foi aplicado no período de 14 de junho a 3 de julho de 2017.

Por meio do software online Survey Monkey, foi possível organizar os dados obtidos em gráficos, feitos a partir da transformação dos dados obtidos na pesquisa em percentuais para facilitar nos trabalhos e na análise dos resultados. A elaboração dos dados em percentuais nos permite medir as atitudes e conhecer o grau de conformidade do entrevistado com qualquer afirmação proposta, sendo que as informações referentes a identificação das organizações analisadas não foram reveladas para quaisquer das entidades envolvidas, obtendo o maior sigilo dos dados (uma das particularidades do software é opção do anonimato das respostas).

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base nos resultados dos questionários aplicados e que foram respondidos, pelas OSCIPs que colaboraram com o estudo, será feita uma análise de aspectos relevantes, ao escopo do estudo, sobre o disclosure das organizações, elaboração e direcionamento dos demonstrativos contábeis, métodos de controle e feedback aos stakeholders.

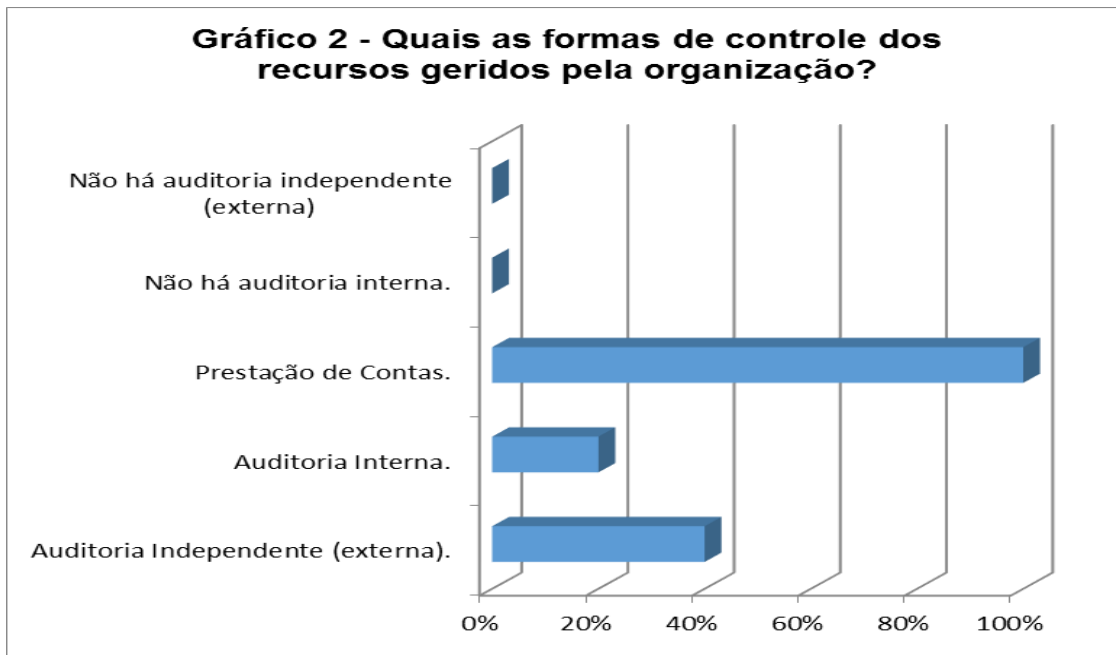
O primeiro gráfico refere-se a quais demonstrativos são elaborados e divulgados pelas organizações, buscando o conhecimento da sociedade sobre as atividades desempenhadas por aquela. Os demonstrativos contábeis que são elaborados e evidenciados com maior frequência são: Balanço Patrimonial e Relatórios Anuais de Atividades com 60% das repostas, ao passo que os relatórios que são elaborados e divulgados com menor periodicidade são o Demonstrativo de Superávit ou Déficit, Relatório de Auditoria, entre outros que apresentaram 40% de evidenciação.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

O segundo gráfico objetiva realizar um levantamento quanto aos controles internos adotados pelas Organizações. De acordo com o levantado 100% das Organizações tem exclusivamente, como forma de controle, a prestação de contas a um Conselho Fiscal formado por membros das OSCIPs e pouco mais de 40% adota a Auditoria Independente, como forma de controle e validação dos atos e fatos contábeis referentes a atividade.

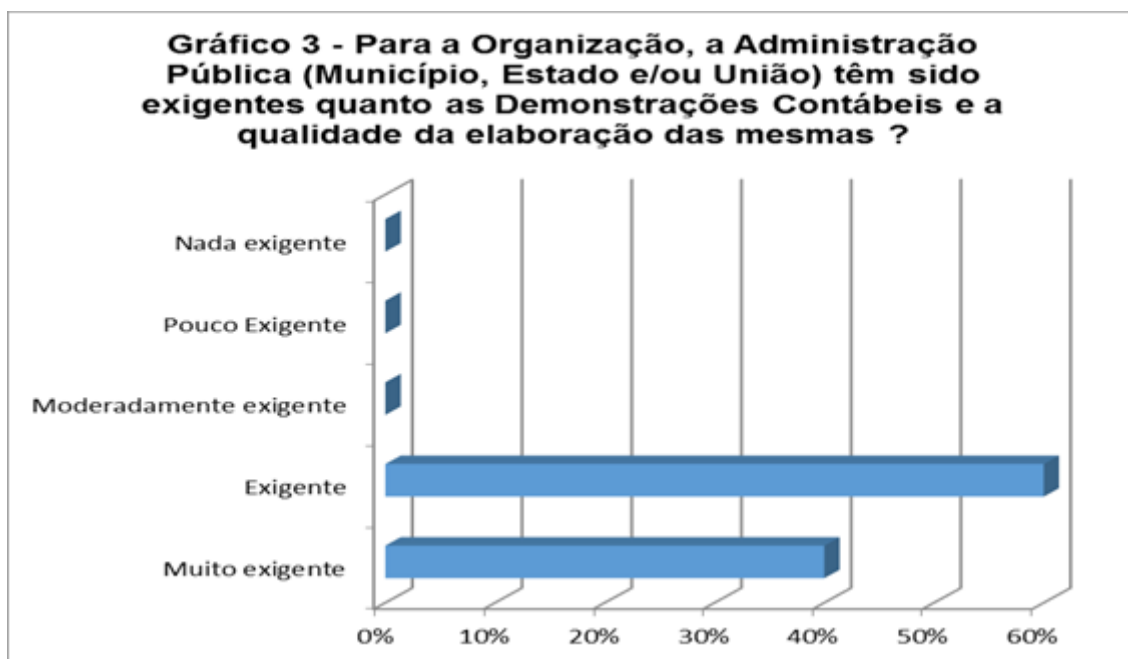
Com esta informação pode-se notar que a maior parte das organizações não investe em auditorias independentes, que é uma ferramenta de controle essencial às OSCIPs, levando em conta que seu capital é voltado a atividades que visam o assistencialismo, filantropia e meio ambiente, e estas atividades são financiadas com dinheiro de origem tanto público quanto privado, por estes motivos a realização e divulgação dos resultados dessas auditorias são primordiais.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

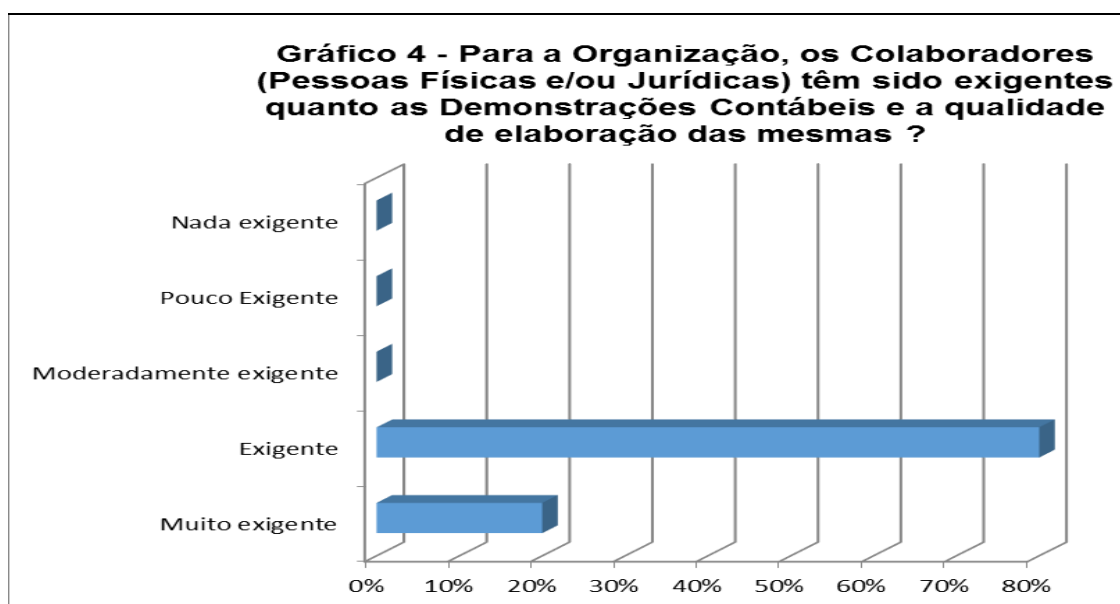
O terceiro gráfico almeja fazer o levantamento à respeito do interesse das pessoas que colaboram com as OSCIPs e o quanto exigem em relação a qualidade na elaboração das demonstrações contábeis. De acordo com o levantado, 80% da amostra respondente afirma que os interessados são exigentes em relação a publicação e elaboração dos demonstrativos que foram elencados.

Esta informação se faz útil ao buscar saber o quanto o Estado como um todo cobra em relação as organizações de terceiro setor, em nosso estudo com foco nas OSCIPs, segundo os respondentes o poder público age de forma exigente e muito exigente em relação a tais organizações.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

O quarto gráfico tem como objetivo uma auto avaliação da Organização, com relação a divulgação de informações contábeis e transparência da mesma. Fora levantado que 60% dos respondetes avaliam a gestão das Organizações como muito transparente e os outros 40% como moderadamente transparentes.

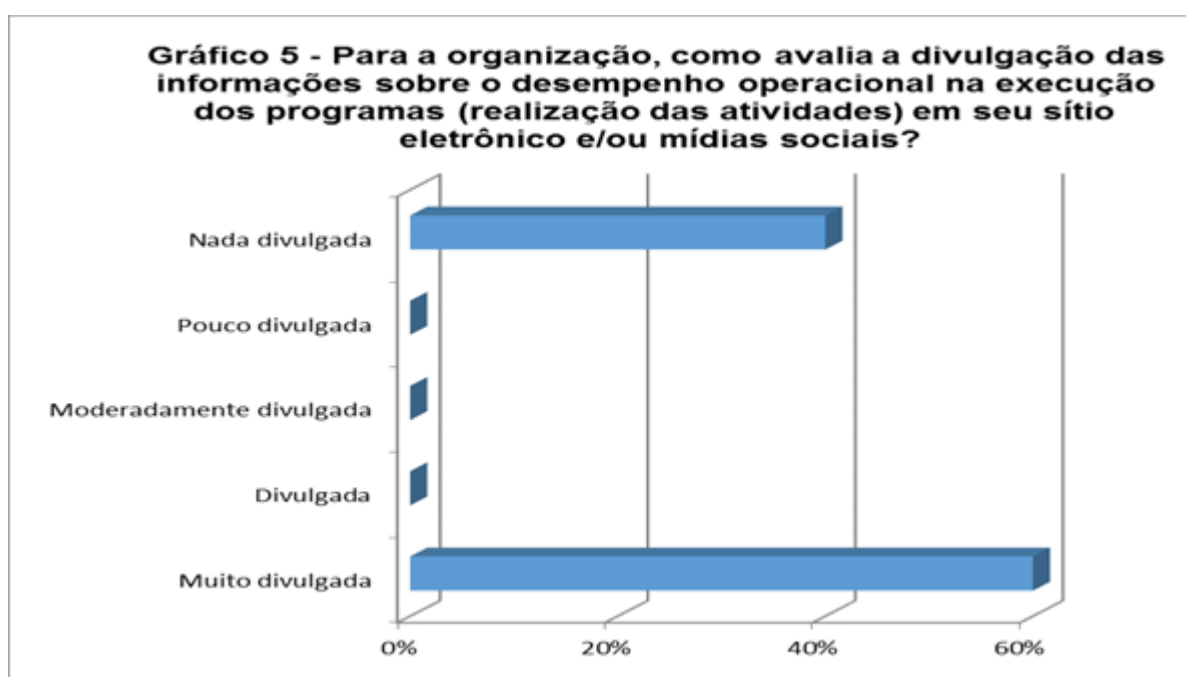


Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

O quinto gráfico objetiva uma auto avaliação da organização, quanto a divulgação de informações sobre o desempenho operacional e da execução de programas específicos da área de atividade das mesmas. Nesse sentido, auferiu-se

que 60% dos respondentes avaliam como muito divulgadas e 40% não divulgam qualquer informação sobre as atividades desempenhadas.

A questão da divulgação de informações sobre o desempenho operacional das OSCIPs é um ponto chave de seu trabalho, pois já que são entidades sem fins lucrativos e que dependem da arrecadação por meio de doações de particulares e convênios com o setor público, é natural que divulgue ações que são desempenhadas e onde é investido o dinheiro angariado, contudo o estudo demonstra que cerca de 40% não faz qualquer menção sejam em suas páginas em redes sociais ou em seus sites na internet.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

O sexto gráfico almeja informações referentes ao direcionamento das informações contábeis das Organizações. Dos respondentes 80% afirma produzir informações para a população em geral, 60% produz informações em função de Convênios e Órgãos de Controle, para Órgãos Governamentais, nesta questão foram marcadas mais de uma opção cumulativamente.

Neste quesito buscou-se investigar a quem as OSCIPs direciona suas demonstrações contábeis divulgadas por meio de seu site na internet, a maioria dos respondentes afirma produzir tais informações com foco na população em geral, que geralmente é o maior colaborador das ações desenvolvidas e do capital arrecadado, em seguida foram elencados órgãos de controle e convênios públicos ou privados,

um pelo seu poder de fiscalizar, e logo precisa de tais informações e o outro por ser uma das fontes de financiamento.



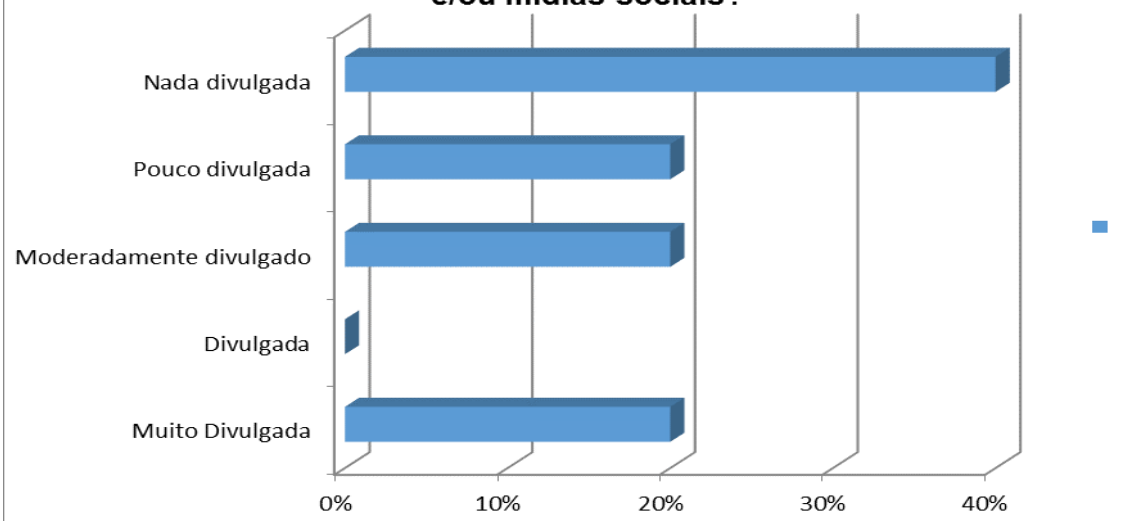
Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

O sétimo gráfico diz respeito a auto avaliação da Organização, quanto a divulgação de informações a respeito do desempenho financeiro em seu sítio eletrônico. Nesse quesito, 40% dos respondentes alegaram que não é feito nenhum tipo de divulgação sobre o tema, o que mostra que a transparência sobre os gastos das entidades ainda não foi implementada em sua totalidade e que para as OSCIPs não é interessante divulgar tais dados.

Em seguida temos 20% dos respondentes alegaram divulgar muitas informações sobre o desempenho financeiro das organizações, 20% disseram divulgar poucas informações, e 20% divulga moderadamente.

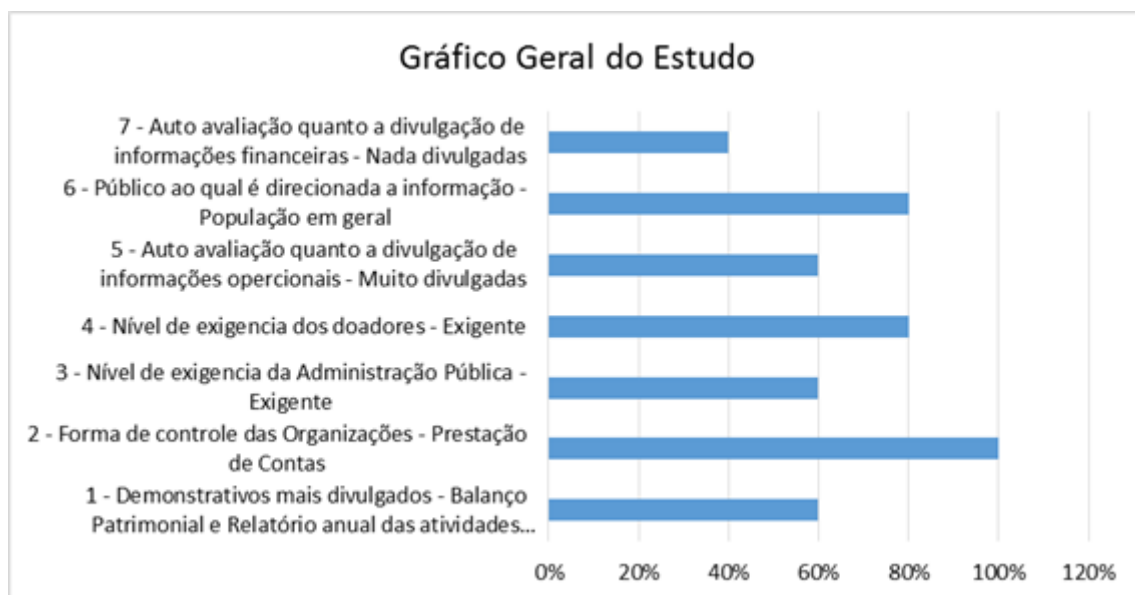
Os dados que demonstram o posicionamento das OSCIPs quanto a transparência, e apesar do estudo ter uma baixa taxa de resposta dos respondentes, o que não dá aos resultados a representatividade esperada a pesquisa, sendo que correspondem a uma pequena parte dentro da população a ser estudada, com base nos dados da pesquisa e dentro do que se pode afirmar poucas entidades fazem a divulgação de informações financeiras.

Gráfico 7 - Para a organização, como avalia a divulgação das informações sobre o desempenho financeiro na execução dos programas (custos/despesas incorridas nos programas) em seu sítio eletrônico e/ou mídias sociais?



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

O gráfico geral do estudo é uma forma de unificar os dados apanhados no decorrer do trabalho, e a partir dele retirar as respostas mais conclusivas e com maior percentual de marcação de acordo com os respondentes.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os dados levantados, percebe-se que as OSCIPs utilizam da Contabilidade e de seus demonstrativos para os mais diversos fins, como uma ferramenta gerencial, de controle legal, de diminuição da assimetria das informações, transparência das atividades e, também, da legitimação das organizações e reafirmação da finalidade destas. Há a prestação de contas dos recursos advindos de terceiros e a evidenciação da mesma, todavia, nem sempre são submetidos por auditorias internas e externas, o que poderia ser uma ferramenta positiva a mais, pois o stakeholders, são exigentes quanto a elaboração e qualidade das demonstrações contábeis (de acordo com os respondentes).

Na medida em que as OSCIPS afirmaram (em sua maioria) que primam que as informações contábeis sejam voltadas para, principalmente, a população em geral e que as atividades executadas das organizações sejam transparentes (por meio de sítios eletrônicos) logo se percebe a oportunidade de aplicar as Auditorias Internas e Externas, não só com fins de controle, mas também, para diminuição da assimetria informacional, confiabilidade das informações e legitimidade perante aos interessados, que poderia findar com uma maior captação de recursos.

Ao que tange as informações à respeito da evidenciação das informações das execuções financeiras dos programas desenvolvidos, ressalta-se que esta evidenciação não deve ocorrer pelo fato de a maioria das OSCIPS contarem com Termos de Parceria e a divulgação desta execução orçamentária poderia abrir possibilidades de plágios dos programas e, conseqüente, aumento da competitividade entre as OSCIPs assim com a criação de um ambiente hostil, que poderia influenciar negativamente às pessoas envolvidas com os programas.

Para pesquisas futuras opina-se a respeito da realização de estudos de caso, pois devido a falta de recursos, nem sempre há colaboradores suficientes p/ disponibilizar o tempo para aplicação das entrevistas e questionários, sendo assim o poder de explicação acaba por sendo reduzido e o estudo não encontrar evidências suficientes para explicação de hipóteses no âmbito geral, opina-se também a respeito da elaboração de futuros trabalhos a respeito das auditorias externas e internas e de que maneira elas influenciam nas OTS ou OSCIPS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Alexandre de Freitas, *et al.* **ACCOUNTABILITY E PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR: UMA ABORDAGEM À RELEVÂNCIA DA CONTABILIDADE.** SOCIEDADE, CONTABILIDADE E GESTÃO. Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jul/dez 2011.

MILANI FILHO, Marco Antonio Figueiredo Milani. **O NÍVEL DE DISCLOSURE DE ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR: UMA PESQUISA EMPÍRICA SOBRE AS ENTIDADES FILANTRÓPICAS ASILARES PAULISTAS.** São Paulo, SP, 2010.

MILANI FILHO, Marco Antonio Figueiredo Milani. **EFICIÊNCIA PRODUTIVA NO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO COMPARATIVO DE DESEMPENHO ENTRE ORGANIZAÇÕES FILANTRÓPICAS ASILARES.** São Paulo, SP, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **COMO ELABORAR PROJETOS DE PESQUISA. 4. ED.** São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Pesquisa. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=110020>.

LAKATOS, Eva Maria, *et al.*, **FUNDAMENTOS DA METODOLOGIA CIENTIFICA.** São Paulo editora atlas s.a. ,2003.

MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA O TERCEIRO SETOR: Aspectos de Gestão e de Contabilidade para Entidades de Interesse Social. Brasília, p 99, 2015.

MURCIA, Fernando Dal-Ri. **FATORES DETERMINANTES DO NÍVEL DE DISCLOSURE VOLUNTARIO DE COMPANHIAS ABERTAS NO BRASIL.**

SANTOS, Paulo Sérgio Almeida, *et al.* **GRAU DE DISCLOSURE VOLUNTÁRIO E NÍVEL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA NO CASO DAS COMPANHIAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO: UM ESTUDO DE RELAÇÃO.** Feira de Santana, jan-abr 2013.

SLOMSKI, Valmor, *et al.* **A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EM ENTIDADES PÚBLICAS DE ADMINISTRAÇÃO DIRETA.** Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos, maio/agosto 2004.

SOARES, Euvaldo Antônio Ruiz, *et al.* **A CONTABILIDADE COMO UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE APOIO AO PROCESSO DECISÓRIO NAS ENTIDADES DO**

TERCEIRO

SETOR.

Disponível

em:

<https://www.researchgate.net/publication/229010854>.

VOESE, Simone Bernardes, *et al.* **CARACTERÍSTICAS E PECULIARIDADES DAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR.** Porto Alegre, v. 11, n. 19, p. 31-42, 1º semestre 2011.

ZITTEI, Marcus Vinicius Moreira, *et al.* **NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL DE ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR.** Administração Pública e Gestão Social, 8(2), abr.-jun. 2016.